

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 08/10/2019

- [Curso capacita autoridades na área de Primeira Infância](#)
- [STJ sedia exposição fotográfica sobre a vida de crianças na periferia de Brasília](#)
- [Adolescente da Funase passa a treinar no time Fut7 do Santa Cruz](#)
- [Propostas de jogos digitais contra corrupção podem ser enviadas até domingo, 13/10](#)

Assunto: Curso capacita autoridades na área de Primeira Infância

Fonte: CNJ

Data: 08/10/2019



Ainda há vagas para a etapa presencial do curso Marco Legal da Primeira Infância e suas Implicações Jurídicas que ocorrerá em São Paulo, dias 14 e 15 de outubro. As aulas serão para magistrados, procuradores, promotores, defensores públicos, delegados, advogados e equipes psicossociais-jurídicas do Sistema de Justiça do estado de São Paulo. As inscrições podem ser feitas no site (<https://eventos.cnj.jus.br/inscricao-marco-legal-da-primeira-infancia-e-suas-implicacoes-juridicas>) até 11 de outubro ou até o preenchimento das vagas.

O curso faz parte do projeto Justiça Começa na Infância: Fortalecendo a Atuação do Sistema de Justiça na Promoção de Direitos para o Desenvolvimento Humano Integral, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e financiado com recursos do Fundo dos Direitos Difusos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (CFDD). O treinamento será realizado em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento (ENFAM) e a Escola Paulista da Magistratura (EPM).

Nas aulas, serão abordadas as contribuições da neurociência para o desenvolvimento na primeira infância; as políticas públicas voltadas à Primeira Infância; as possibilidades de financiamento das ações voltadas a proteção da criança; e os desafios do trabalho em rede, envolvendo as áreas da educação, saúde, assistência social e jurídica, com foco no papel do Sistema de Justiça, entre outros.

O curso está estruturado em três etapas: presencial (12h), a distância (20h) e a elaboração de plano de trabalho (8h). A primeira etapa é a que ocorrerá em São Paulo, em outubro, e as demais em 2020. No próximo ano, também serão ofertadas novas turmas em outros estados. Os inscritos deverão participar de todas as etapas para receber o certificado.

O objetivo do projeto Justiça começa na Infância é garantir os direitos das crianças com idade entre zero e seis anos e sensibilizar operadores do direito, equipes técnicas e demais profissionais responsáveis por implementar e monitorar as diretrizes estabelecidas nas leis brasileiras, como o Marco Legal da Primeira Infância, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal. O projeto integra um conjunto de ações iniciadas com o Pacto Nacional pela Primeira Infância, firmado em junho de 2019 entre o CNJ e diversos atores que integram a rede de proteção à infância no Brasil.

Assunto: STJ sedia exposição fotográfica sobre a vida de crianças na periferia de Brasília

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 08/10/2019



O Superior Tribunal de Justiça (STJ) sedia a mostra fotográfica *A infância é coletiva*, de Niklas Stephan. A exposição, que está aberta à visitação pública até a próxima quinta-feira (10), retrata a realidade das crianças que vivem na Estrutural, comunidade pobre na periferia de Brasília formada a partir de uma aglomeração de barracos de catadores de lixo.

A atividade faz parte dos eventos em comemoração aos 30 anos do STJ. As fotos estão expostas no primeiro andar do tribunal, entre os Edifícios Ministros I e II.

"Um dos objetivos desta exposição é dar luz à realidade das crianças que vivem na Estrutural e ao trabalho que o Coletivo da Cidade faz, no sentido de garantir um espaço seguro, no qual as crianças podem ser crianças com os seus direitos assegurados" explicou o fotógrafo Niklas Stephan.

Transformação social

A exposição é promovida pela Secretaria de Serviços Integrados de Saúde do STJ, em parceria com a Escola Corporativa do tribunal, a Assessoria de Gestão Socioambiental e a Secretaria de Gestão de Pessoas. O Coletivo da Cidade – espaço de convivência e capacitação profissional, na cidade Estrutural, coordenado por Coracy Coelho – também foi responsável pelo evento.

O Coletivo da Cidade prioriza o atendimento de crianças e adolescentes no contraturno escolar, disponibilizando opções artísticas e educativas como meio de transformação social. A organização também promove um espaço de convivência comunitária e capacitação profissional para os moradores da Estrutural.

Assunto: Adolescente da Funase passa a treinar no time Fut7 do Santa Cruz

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 08/10/2019



A prática esportiva está ultrapassando os muros da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase). Desde o início deste mês, o adolescente G.B.S.N, de 17 anos, em cumprimento de medida de internação no Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) Pirapama, no Cabo de Santo Agostinho, ganhou a oportunidade de treinar no time Fut7 do Santa Cruz. A atividade ocorre no campo society do clube, no bairro do Arruda, no Recife, e representa uma oportunidade de reinserção social e de revelação de talentos.

“No começo, eu fiquei um pouco nervoso, mas fui melhorando bastante. A mensagem que eu deixo é pra que os jovens nunca desistam dos seus sonhos, que corram atrás e agarrem as oportunidades que chegarem. Estou muito feliz treinando no Santa Cruz”, afirmou o socioeducando G.B.S.N., que participa dos treinos duas vezes por semana, com a torcida de representantes da unidade da Funase onde cumpre medida socioeducativa, e tem a expectativa de que essa seja a chance do início de uma carreira no futebol.

Para que ele tivesse essa oportunidade, o diálogo entre as instituições envolvidas foi fundamental. “Levamos o adolescente para participar de um treino sob avaliação do técnico e o resultado foi muito positivo”, lembra o pedagogo Julio Scaramal, que atua no Case Pirapama e participou das articulações junto ao treinador Valcley Nascimento, do Santa Cruz Fut7.

No mesmo sentido, o técnico do time avalia que o esporte oferece mecanismos que têm impacto importante em ações de cunho social. “Precisamos dar oportunidade para os jovens que precisam. Não podemos tratar ninguém com descaso. Penso que temos que dar uma segunda chance para pessoas que querem mudar de vida e seguir por caminhos do bem”, ressalta Valcley.

ESPORTE – Na Funase, a prática esportiva está presente no atendimento socioeducativo por meio das ações do Eixo Profissionalização, Esporte, Cultura e Lazer da instituição e de ações desenvolvidas pelas equipes das unidades socioeducativas. No Case Pirapama, por exemplo, adolescentes participaram de amistosos de futsal em julho deste ano, em parceria com internos e funcionários de outra unidade socioeducativa – o Case Jaboatão dos Guararapes. Além de proporcionar lazer e incentivar a prática de esportes, a iniciativa possibilitou trabalhar a integração, a colaboração mútua e a competitividade sadia entre os socioeducandos.

Para o coordenador técnico do Case Pirapama, Valdir Peixoto, a expectativa é de que práticas como essas representem um diferencial para que o socioeducando G.B.S.N. e os outros adolescentes atendidos na unidade construam novos projetos de vida. “No caso do adolescente que está indo para os treinos, vimos que ele tinha uma habilidade grande para o futebol e

decidimos seguir com as articulações. Esperamos que o futuro dele seja brilhante a partir dessa oportunidade que surgiu”, declara.

Assunto: Propostas de jogos digitais contra corrupção podem ser enviadas até domingo, 13/10

Fonte: CNMP

Data: 08/10/2019



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

As inscrições para participar do concurso de propostas para a elaboração de jogos digitais que visam à transparência, à participação social e à prevenção da corrupção podem ser feitas até o próximo domingo, 13 de outubro. A iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) conta com o apoio do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

O tema central do concurso foi escolhido com base no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16 da Agenda 2030, que tem como meta promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à Justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

O game deve ser de interesse público e ser relacionado a um dos seguintes temas: estímulo a crianças, adolescentes e jovens a refletirem sobre o que é comportamento ético, e a importância de se monitorarem as políticas e orçamentos públicos em prol de uma sociedade mais pacífica, justa e inclusiva; e fomento à transparência e à cidadania participativa em todos os poderes e todas as esferas de governo.

Outros temas sugeridos incluem criação de um ecossistema de solidariedade, colaboração mútua e coesão social para melhorar a eficácia na solução de problemas que exigem ação coletiva e possam atuar na promoção de transparência/prevenção à corrupção; combate e prevenção à corrupção como elemento crucial para o desenvolvimento sustentável; e fomento à cultura da integridade e responsabilidade.

O game também deve contemplar as plataformas Android, IOS e linguagem HTML5. O vencedor — pessoa física, jurídica ou grupo de pessoas — deve ter disponibilidade para participar da cerimônia de celebração da iniciativa, em 9 de dezembro, em Brasília. As despesas de traslado nacional, acomodação e alimentação serão custeadas pelo PNUD.

As candidaturas deverão ser enviadas conforme descrito no edital para michelle.santos@undp.org, até as 23 horas e 59 minutos de 13 de outubro. O resultado final será divulgado em 30 de outubro.

Memorando de entendimento

O apoio é um dos desdobramentos do memorando de entendimento firmado entre o Conselho e o PNUD, em 12 de julho deste ano, assinado pela então presidente do CNMP, Raquel Dodge, e pela representante do PNUD no Brasil, Katyna Argueta.

O documento destaca a importância da implementação da Agenda 2030 e principalmente da ODS 16. Na assinatura, as partes se comprometeram a trocar informações regularmente para garantir o alinhamento da atuação, além de realizar reuniões e enviar representantes das respectivas instituições para participar de eventos organizados pelo CNMP ou PNUD.

O acordo tem vigência de dois anos.

Confira o edital do concurso no endereço abaixo:

http://www.cnmp.mp.br/portal/images/noticias/2019/outubro/Proposta_de_Edital_concurso_Jogo_da_Integridade_final_11.09.2019.pdf